

Brasília-DF, 16 de março de 2026

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES

• EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O FEMINICÍDIO.
• REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
• FIM DA ESCALA 6X1

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo

DATA: 20/03 ÀS 09:0H

LOCAL: SEDE DA NCST - SP, R. SILVEIRA MARTINS, 53 - 1º ANDAR - SÉ, SÃO PAULO CEP: 01019-000

INFORMAÇÕES E TELEFONES:
CNTI SP: (11) 3105-7540
NCST SP: (11) 3271-6393

2026

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO- CNTI

Desta vez, o encontro reuniu dirigentes sindicais de Joinville e região, no Norte de Santa Catarina, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Malharia, Tinturaria, Tecelagem e Assemelhados de Joinville (SINDITEX).

Durante a abertura, o presidente da FETIESC, Idemar Antonio Martini, destacou a importância de ampliar o diálogo entre a federação e os sindicatos filiados, reforçando a unidade do movimento sindical e a necessidade de fortalecer a organização da classe trabalhadora diante dos desafios econômicos, sociais e políticos.

Na sequência, o assessor de formação sindical da FETIESC, professor Sabino Bussanello, conduziu uma reflexão sobre o papel estratégico do sindicalismo na sociedade e os desafios políticos que se colocam para o movimento sindical nos próximos anos.

Segundo Bussanello, é fundamental que os sindicatos mantenham o foco em suas funções essenciais: lutar contra a exploração, negociar conquistas coletivas, conscientizar os trabalhadores, representar e mobilizar a base, conquistar direitos, exercer a democracia e praticar a solidariedade.

Matéria completa: <https://fetiesc.org.br/2026/03/em-joinville-fetiesc-realiza-o-segundo-encontro-regional-com-sindicatos-associados/>

Fonte: Fetiesc

Por que 2026 será decidido no detalhe?

Em país dividido em 2 blocos quase simétricos, a disputa presidencial tende a ser definida por estreita faixa de eleitores pragmáticos. E por fatores imprevisíveis que podem surgir às vésperas do voto.

Marcos Verlane*

Diante da polarização ou politização estrutural do debate político-eleitoral brasileiro não é possível, sob nenhuma hipótese, embora Lula (PT) seja o favorito, cravar que o pleito são favas contadas. Ao contrário.

Se as eleições brasileiras das últimas décadas consolidaram a competição entre campos políticos distintos, o ciclo iniciado em 2018 radicalizou esse padrão. A disputa de 2026, tudo indica, será a culminação desse processo: 2 polos com bases eleitorais consolidadas e espaço diminuto — porém decisivo — de eleitores capazes de determinar o resultado final.

Hoje, os núcleos duros já estão definidos. De um lado, o campo liderado pelo presidente Lula (PT),

FETIESC realiza o segundo Encontro Regional com sindicatos associados



A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC) promoveu, na terça-feira, dia 10 de março, o segundo Encontro Regional com seus sindicatos associados. A atividade faz parte de uma série de seminários que a federação está realizando em diferentes regiões do estado para fortalecer a articulação sindical e debater os desafios da classe trabalhadora.



Brasília-DF, 16 de março de 2026

sustentado por setores progressistas, sindicatos e parte expressiva das camadas populares. De outro, o campo da direita e da extrema-direita, que se reorganiza em torno da família Bolsonaro e tem como candidato competitivo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Nesse cenário, as pesquisas indicam fenômeno recorrente em sistemas altamente polarizados: equilíbrio estrutural. Simulações de segundo turno divulgadas por institutos como Paraná Pesquisas e Futura Inteligência mostram diferenças mínimas entre ambos os polos — lulismo e bolsonarismo —, em alguns casos inferiores a 1 ponto percentual.

Em termos políticos, isso significa algo simples e ao mesmo tempo perturbador: a eleição poderá ser decidida por poucos votos em um país com mais de 150 milhões de eleitores.

O eleitor que decide

Nesse ambiente polarizado, a chave da eleição deixa de estar nos grandes blocos ideológicos e passa a residir em franja reduzida do eleitorado.

Pesquisas e análises de institutos como o Instituto Ideia apontam que o eleitorado oscilante — muitas vezes chamado de “nem-nem” — varia entre 4% e 10% do total. É um grupo pequeno, mas suficientemente grande para alterar o resultado eleitoral.

O cientista político Felipe Nunes e outros analistas têm chamado atenção para essa dinâmica: quando as bases estão consolidadas, a eleição deixa de ser disputa de maioria ampla e passa a ser batalha por margens estreitas.

Esse eleitor não se orienta prioritariamente por identidade ideológica. Seu comportamento é pragmático. Em geral, decide o voto a partir de fatores concretos do cotidiano:

- custo de vida;
- emprego e renda;
- segurança pública; e
- qualidade dos serviços de saúde.

Não é um eleitor que se mobiliza por discursos inflamados nas redes digitais. Ele reage mais às percepções imediatas de bem-estar ou frustração.

Em outras palavras: decide menos pela paixão política e mais pela experiência prática da vida (dele).

A política ou escolha do “menos pior”

Outro fator central na eleição de 2026 tende a ser a rejeição.

Em disputas polarizadas, o voto costuma se organizar não apenas pela preferência positiva, mas pelo medo do adversário. Isto foi o fator decisivo em 2022 e parece que vai se manter. O eleitor muitas vezes vota não no candidato que mais admira, mas naquele que considera o “menos pior”.

Essa lógica reforça o caráter frágil da disputa. Quando o voto é negativo, pequenas mudanças na percepção pública podem produzir grandes efeitos eleitorais.

Uma declaração mal calculada, um escândalo inesperado ou uma crise econômica podem deslocar rapidamente parte do eleitorado oscilante.

Em eleições assim, a vitória raramente é construída por grandes viradas programáticas; essa emerge de pequenos deslocamentos psicológicos do eleitor.

O peso do imprevisível

Outro elemento que reforça a tese de que a eleição será decidida no detalhe é a presença de variáveis ainda indefinidas.

Diversos analistas apontam que os acontecimentos decisivos de 2026 talvez ainda nem tenham ocorrido. Investigações envolvendo setores do Estado ou do sistema financeiro, crises econômicas inesperadas ou episódios de instabilidade institucional podem alterar o clima político às vésperas do pleito.

A experiência brasileira recente mostra que escândalos e crises têm capacidade de reconfigurar rapidamente a percepção pública.

Quando a disputa é milimetricamente equilibrada, qualquer evento inesperado se transforma em fator decisivo. A fachada de 2018.

Campanhas de precisão

Nesse ambiente, as estratégias eleitorais também mudam.

Campanhas deixam de tentar converter o eleitor fiel do adversário — algo praticamente impossível em contextos de polarização intensa — e passam a disputar cada centímetro do eleitorado oscilante.

Isso significa:

- comunicação mais focada em temas concretos;
- discursos menos ideológicos e mais pragmáticos; e
- campanhas digitais altamente segmentadas.

Além disso, as coligações terão de lidar com ambiente jurídico mais rigoroso. O TSE aprovou resoluções que ampliam a fiscalização sobre propaganda digital e desinformação nas redes.

Brasília-DF, 16 de março de 2026

Erros jurídicos ou abusos de campanha poderão resultar em punições severas. Incluindo perda de tempo de TV ou até cassações.

Num pleito decidido por margens mínimas, essas sanções podem ser determinantes.

O desafio do governo e da oposição

Para Lula, a eleição dependerá essencialmente de 2 variáveis: desempenho econômico e capacidade de reduzir a taxa de rejeição.

Governos que chegam à eleição com melhora perceptível na renda e no emprego tendem a ser recompensados nas urnas. Se o cotidiano do eleitor médio melhorar, parte do eleitorado oscilante tende a optar pela continuidade.

Para o campo bolsonarista — representado potencialmente por Flávio Bolsonaro — o desafio será transformar rejeição ao governo em maioria eleitoral, sem ampliar a própria rejeição.

Essa equação é delicada. A retórica mobilizadora que fortalece essa base pode, ao mesmo tempo, afastar o eleitor moderado que decide a eleição.

Democracia do milímetro

O Brasil parece caminhar para eleição em que o resultado será definido por margens microscópicas.

Isso não significa necessariamente fragilidade democrática. Ao contrário: pode ser o retrato de uma sociedade profundamente plural, em que nenhum campo político consegue hegemonia duradoura.

Mas também revela um risco.

Quando a política se organiza em torno de diferenças mínimas e rejeições profundas, o debate público tende a se empobrecer. Programas e projetos de país cedem espaço à lógica da sobrevivência eleitoral.

Se 2026 será mesmo decidida no detalhe, como indicam os dados atuais, a pergunta central não é apenas “quem vencerá?”.

A questão mais profunda é outra: que projeto de país conseguirá convencer aquele pequeno, silencioso e decisivo pedaço do eleitorado brasileiro que ainda não escolheu lado?

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

Oito em cada 10 brasileiros de até 40 anos defendem fim da escala 6x1

Levantamento foi feito pela Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados



© José Cruz/Agência Brasil

Levantamento da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados mostra que 82% dos brasileiros de 16 a 40 anos são a favor do fim da escala 6x1, sem redução salarial. Na média geral, considerando todas as faixas etárias, 63% dos brasileiros defendem o fim da escala 6x1, independentemente da questão salarial.

A pesquisa, divulgada nesta quinta-feira (12), entrevistou 2.021 pessoas com 16 anos ou mais, nas 27 unidades da federação, entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Faixas etárias

De acordo com a pesquisa, 31% dos jovens de 16 a 24 anos (Geração Z) são totalmente favoráveis ao fim da escala 6x1, independentemente de a medida ter ou não impacto o pagamento dos trabalhadores; 47% deles disseram que são favoráveis se a proposta não ocasionar diminuição salarial; e 4% são favoráveis sem ter opinião formada sobre a manutenção ou redução dos salários. No total, 82% dos entrevistados dessa faixa etária defenderam o fim do 6x1, se não houver alteração no salário.

Já 35% dos brasileiros entre 25 e 40 anos (*millennials*) são totalmente favoráveis ao fim do 6x1, independentemente de isso impactar ou não o pagamento dos trabalhadores. Segundo os dados, 42% são favoráveis se a medida aprovada não implicar redução salarial. Há ainda 5% que se dizem favoráveis, mas ainda sem ter opinião formada sobre a condicionante (manutenção ou redução dos salários). No total, 82% são favoráveis ao fim do 6x1, sem queda na remuneração.

A aprovação do fim da escala 6x1 cai para 62%, no

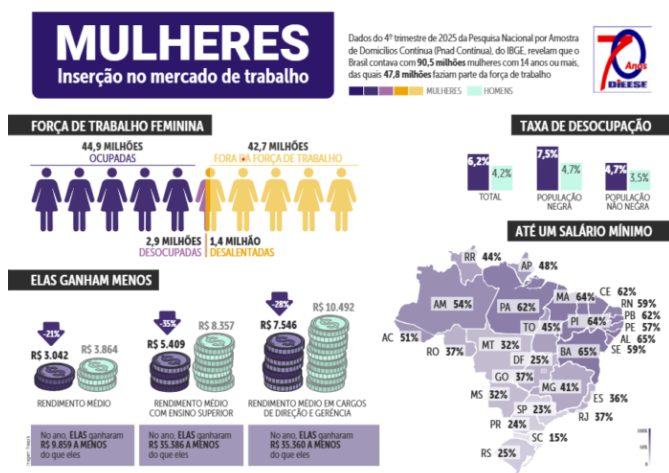
Brasília-DF, 16 de março de 2026

entanto, entre os brasileiros de 41 a 59 e, para 48%, entre a população com mais de 60 anos.

CEO da Nexus, Marcelo Tokarski destaca que há um grupo relevante de pessoas que apoia o fim da escala 6x1, mesmo com a diminuição da remuneração. "Há um grupo menor, mas relevante, que apoia o fim da escala independentemente do impacto salarial, o que sugere uma mudança de valores em relação ao trabalho", destaca.

Fonte: Agência Brasil

Mulheres ganham muito menos



Diferença salarial chega a 35% a favor do homem

O mercado de trabalho mostra um cenário muito desfavorável às mulheres. Quem mostra a situação concreta é o Dieese, no estudo "Mulheres: inserção no mercado de trabalho". O conteúdo é free e pode ser acessado no www.dieese.org.br.

Em média, o salário masculino é de R\$ 3.864,00. A trabalhadora recebe R\$ 3.042,00. Essa remuneração é 21% menor do que paga ao trabalhador. A diferença anual fica em R\$ 9.859,00.

Para os que têm Ensino Superior a diferença é de 35% a favor do homem. A trabalhadora ganha em média R\$ 5.409,00. O salário masculino nesse caso é de R\$ 8.357,00. Diferença anual fica em R\$ 33.386,00.

Direção – Nos cargos de direção ou gerência o homem recebe 28% a mais. Salário da mulher está em R\$ 7.546,00. O salário masculino, informa o estudo do Dieese, é de R\$ 10.492,00. Num ano, a diferença favorável ao homem chega a R\$ 35.367,00.

Lei – Pela CLT, funções iguais devem ser igualmente remuneradas. A Lei 14.611 reforça essa igualdade.

Fonte: Agência Sindical



2026

CICLO DE PALESTRAS

ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SINDICAL




SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DE VARGINHA
AVENIDA AGENOR AGUINALDO BRAGA, 140 - VILA VERDE - VARGINHA/MG
CEP: 37012-000

OS DESAFIOS DO SINDICALISMO FRENTE À REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS

CHAMA NO ZAP

E FAÇA SUA INSCRIÇÃO

31 99168.5346



APOIO:



SINDSEMP MG



FETTTOMINAS